

1

Introdução

1.1

Sobre a popularidade: o olhar do lingüista

“Por que sobrevivemos e como sobrevivemos? Quantos presidentes chegaram aonde estamos depois de tudo o que sofremos?” — essas foram perguntas que o presidente Lula fez durante um encontro com intelectuais em São Paulo, em 28 de agosto de 2006, em plena campanha pela reeleição, numa clara referência a seu favoritismo nas pesquisas de intenção de voto apesar dos escândalos que marcaram seu primeiro mandato.

Intelectuais, artistas e ativistas entrevistados pelo jornal *O Globo* para a edição de 30 de agosto de 2006 responderam a essas perguntas citando os programas sociais, o aumento real do salário mínimo, a falta de competência da oposição para colar a imagem de Lula às denúncias do mensalão, o carisma do presidente e sua identificação com os pobres. (Vide Anexo 1)

A socióloga da USP Maria Victoria Benevides basicamente resumiu em sua resposta o que foi dito pelos demais entrevistados – sociólogos, cientistas políticos, filósofos, ativistas e artistas (mas nenhum lingüista): “Os programas sociais e a identificação profunda com o povo garantiram a sobrevivência do presidente depois da crise do mensalão. Lula conseguiu descolar sua imagem do escândalo dizendo-se apunhalado pelas costas”.

Com efeito, a popularidade mais ou menos estável do presidente Lula – que o levou ao segundo mandato – costuma ser atribuída ao Bolsa-Família e a outros programas sociais e/ou a seu carisma pessoal. Foge inteiramente ao escopo do presente trabalho analisar ou mesmo comentar a popularidade do presidente enquanto resultante de ações, programas ou políticas. No entanto, a questão sobre o que constitui esse seu carisma pessoal, questão que muitos considerariam circunscrita ao âmbito da Sociologia e da Ciência Política, admite também – e porque não ? – o olhar do lingüista. Afinal, “para fazer política usamos a língua e, ao usarmos a língua, queiramos ou não, estamos fazendo política” (Chimombo, 1999, p. 227).

O fenômeno ao qual as perguntas do presidente Lula aludiam – popularidade mantida apesar de acontecimentos potencialmente negativos – não parece ser assim tão raro, nem tão espantoso: o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, por exemplo, foi muitas vezes chamado pela imprensa de seu país de *teflon president*, ou seja, aquele em quem críticas e acusações não grudavam, um presidente capaz de manter elevado nível de popularidade mesmo diante de escândalos, como o caso *Iran-Contra*.

O mesmo epíteto, creio, pode ser aplicado ao presidente Lula, que, após ver sua popularidade declinar com as primeiras denúncias, em 2005, do que se convencionou chamar de escândalo do mensalão, reconstruiu e recuperou sua imagem positiva, tendo sido reeleito no final de 2006, em segundo turno, com uma votação recorde de quase 60 milhões de votos, equivalente a mais de 60% do total de votos válidos.

No caso de Reagan, a capacidade que ele demonstrava de continuar popular a despeito de escândalos tem sido atribuída, ao menos em parte, à sua competência comunicativa: o ex-presidente americano foi agraciado pela mídia com o título, a princípio um tanto irônico, de *the Great Communicator* (Lakoff, 1990, p. 262).

Da mesma forma, penso que a competência comunicativa do presidente Lula seja um dos fatores que podem ajudar a entender sua popularidade mais ou menos constante. Analisar discursos, entrevistas e declarações do presidente Lula a partir de uma perspectiva sócio-interacional de análise do discurso pode iluminar o que está sendo efetivamente dito quando explicamos sua popularidade com termos e expressões como “carisma”, “identificação com os pobres”, “sucesso em descolar sua imagem do escândalo”.

Em meados do primeiro semestre de 2007 – decorridos dois anos desde as primeiras denúncias do “mensalão” que culminariam com a queda do “todo-poderoso” José Dirceu da Casa Civil, e mais de um ano após a saída do “super-ministro” Antônio Palocci da Fazenda – o fenômeno que chamara minha atenção em 2006 persistia, renovado. Lula continuava popular, a despeito de novos acontecimentos e comportamentos potencialmente danosos: um crescimento do PIB em 2006 considerado pífio, a demora, muito criticada pela imprensa, em escolher o ministério do segundo mandato e, principalmente, a crise do setor aéreo, o chamado apagão aéreo.

Esta percepção de que, no primeiro semestre de 2007, apesar de novos eventos negativos, o presidente Lula continuava popular foi corroborada pelos resultados de uma pesquisa de opinião divulgada na imprensa na segunda semana de abril de 2007. Trata-se de pesquisa realizada entre os dias 2 e 6 de abril de 2007 em 136 municípios de todas as regiões do Brasil pelo Instituto Sensus. A pesquisa encontrou um índice de aprovação do governo federal de 49,5%, resultado bastante positivo, ainda mais quando se considera que na semana anterior, no dia 30 de março, a greve dos controladores de voo havia levado o caos aos aeroportos brasileiros, com ampla repercussão na mídia. Segundo a mesma pesquisa, o índice de aprovação do desempenho do presidente era maior do que o índice de aprovação do governo federal: 63,7% vs. 49,5%. (Vide Anexo 2)

A diferença entre o índice de aprovação do governo federal (49,5%) e o índice de aprovação do presidente (63,7%), com clara vantagem para o presidente, parece apontar para um fenômeno intrigante: uma certa desvinculação, um descolamento parcial, em termos de percepção social, entre a imagem de Lula e a representação, mais abstrata e mais abrangente, de governo federal.

Em dezembro de 2007, quando eu trabalhava na redação final deste trabalho, sem nenhum novo escândalo e sem maiores notícias negativas sobre o presidente exceto pelas acusações de estimular o fisiologismo na tentativa frustrada de aprovar a prorrogação da CPMF no Senado, os jornais publicaram os resultados de uma nova pesquisa de opinião, realizada por outro instituto de pesquisa – o Ibope – em 141 municípios brasileiros, entre 30 de novembro e 6 de dezembro de 2007. A pesquisa encontrou um índice de aprovação do governo federal de 51%, segundo *O Globo* a mais alta avaliação do ano, e um índice de aprovação do desempenho do presidente de 65%, o que confirma a desvinculação parcial, apontada no parágrafo anterior, entre a imagem de Lula e a do governo federal. (Vide Anexo 3)

Os fenômenos rapidamente delineados acima podem e são analisados por cientistas políticos e sociólogos. O que proponho em minha dissertação é contribuir para a compreensão da cena política brasileira contemporânea oferecendo “uma visão do lingüista”, dentro uma perspectiva sócio-interacional. Penso que esta abordagem pode se revelar interessante e enriquecedora nesse movimento, a meu ver indispensável a qualquer sociedade que se queira esclarecida, de olhar para si própria e buscar se compreender.

Uma primeira leitura de alguns discursos que o presidente Lula proferiu em 2006 revelou a presença, para mim insuspeitada, de narrativas pessoais em vários deles. Diante dessa constatação, resolvi focar minha análise em narrativas pessoais encaixadas em alguns de seus discursos.

Tanto quanto sei, dentro da tradição da lingüística anglo-americana, os trabalhos sobre discurso político são ainda relativamente pouco numerosos, e menos numerosos ainda em português, no contexto da realidade brasileira. Esses trabalhos tendem a se inscrever no âmbito dos estudos pragmáticos e sociolingüísticos e a análise da narrativa, em que pese sua atual importância nas ciências humanas e sociais, não parece ser a metodologia de análise preferida.

Os estudos narrativos vêm atraindo, nas últimas quatro décadas, o interesse de teóricos e pesquisadores das mais diversas áreas das ciências humanas e sociais. Alguns autores (por exemplo, Mishler, 2002) falam mesmo de uma “virada narrativa”. Esse interesse crescente deriva da constatação de que contar histórias pessoais é um recurso que usamos regularmente para organizar e dar sentido às nossas experiências (Polkinghorne, 1988) e para compartilhá-las, nos construindo, nesse processo, enquanto sujeitos sociais. Por isso, estudar narrativas é, em última análise, estudar a sociedade em que vivemos (Schiffrin, 1996, Bastos, 2005, De Fina, 2006). Considero que é justamente esse caráter abrangente e revelador do molde narrativo que torna a análise da narrativa uma metodologia de trabalho atraente e potencialmente produtiva.

No presente trabalho, tentarei articular análise da narrativa com discurso político. O objetivo da análise de dados será identificar os sentidos que o presidente Lula cria e negocia e as identidades que ele constrói e projeta em narrativas encaixadas em seis discursos escolhidos entre os 250 proferidos no período que vai de abril de 2006 a março de 2007. (A íntegra desses seis discursos constitui o Anexo 4.) Buscarei levantar os recursos lingüísticos e as estratégias comunicativas e discursivas que o presidente utiliza para construir esses sentidos e identidades e examinar como essas identidades funcionam na relação dialógica que estabelecem com os vários públicos de seus discursos.

Sendo formas de organizar e atribuir significado às nossas experiências, as narrativas têm, inevitavelmente, um caráter interpretativo (Riessman, 1993, p. 2). Da mesma forma, trabalhar com narrativas – lançar-se à aventura de analisar narrativas –

é também uma atividade inevitavelmente interpretativa. “Narrativas são interpretativas e, por sua vez, requerem interpretação” (Riessman, 1993, p. 22). Os resultados da atividade interpretativa serão sempre, necessariamente, parciais, provisórios, histórica e contextualmente localizados, engajados, participativos, em suma, trarão a marca do analista / autor. O que pretendo é que os resultados apresentados nesta dissertação – parciais, provisórios, localizados – sejam também uma contribuição àquele movimento de buscar se compreender que mantém uma sociedade viva e vibrante.

1.2

Sobre os dados de pesquisa

Discursos, entrevistas e declarações ocupam uma parte considerável do dia-a-dia de um presidente da república. Os jornais diários cobrem esse dia-a-dia presidencial e, em cada edição, destacam frases pronunciadas pelo presidente no dia anterior, seja em discursos formais, seja em entrevistas, seja em rápidas declarações aos jornalistas, ao chegar ou sair de eventos oficiais. Essas frases são analisadas na mídia pelos comentaristas políticos e se constituem em notícia, com maior ou menor repercussão, conforme seu conteúdo e os acontecimentos do dia.

Discursos, enquanto dados que se oferecem à análise, estão portanto disponíveis nos jornais. Os jornais, no entanto, não costumam publicar a íntegra dos discursos presidenciais, exceto em situações excepcionais, como discurso de posse, mensagem de final de ano, etc. Há no entanto um *site* do poder executivo (www.info.planalto.gov.br) que lista e disponibiliza ao público em geral o texto todos os discursos que o Presidente faz, na íntegra. Foi desse site que retirei os discursos que vou analisar.

É claro que um presidente não escreve pessoalmente os seus discursos: redatores o fazem. Aplica-se a desconstrução que Goffman ([1979] 2002) faz da noção de *falante*, nela distinguindo três componentes analíticos: animador, autor e responsável. O Presidente Lula, enquanto orador – aquele que pronuncia as palavras e frases, em voz alta, diante do público – funciona às vezes como *animador* de um discurso escrito por um redator profissional, que é seu *autor*. No entanto, esses discursos redigidos por terceiros para serem lidos pelo presidente seguem uma linha

estabelecida pelo próprio presidente, são aprovados por ele e, uma vez proferidos, tornam-se os discursos do presidente. Portanto, o Presidente Lula funciona também como o *responsável*, alguém que, nas palavras de Goffman “está comprometido com o que as palavras expressam”, “alguém cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas” (Goffman [1979] 2002, p. 134).

Conquanto seja certo que o presidente Lula chega em eventos oficiais onde discursará com um discurso já previamente redigido, é também certo que o texto final publicado no *site* da presidência é uma transcrição do discurso efetivamente pronunciado e inclui improvisos. O improviso se revela no registro informal da linguagem oral, nas construções típicas da fala espontânea com seus *falsos começos*, no fato de que há em alguns discursos a indicação de *inaudível* entre parênteses, e ainda em declarações explícitas do presidente de que vai falar de improviso, assumindo portanto sua condição de *autor*, conforme as noções de Goffman ([1979] 2002) acima.

Há, por exemplo, o caso singular de um dos discursos analisados no presente trabalho – o discurso feito em 30.03.07 em Olinda, Pernambuco, na cerimônia de formatura do programa ProJovem – que é na verdade dois: o discurso efetivamente feito pelo presidente, de improviso, e o discurso escrito para a ocasião mas não lido pelo presidente, ambos publicados no *site* da secretaria de imprensa da presidência como os discursos do presidente naquela ocasião. É interessante notar que, em seu discurso de improviso, o presidente se refere ao outro, o que foi preparado por assessores mas não foi lido, usando o possessivo da primeira pessoa. Diz, na página 6 da transcrição: “Naquele meu discurso tem depoimentos extraordinários.” Assume assim a responsabilidade pelo discurso que não redigiu nem proferiu. Para usar os termos de Goffman, assume o papel de *responsável*, sem assumir os de *autor* nem de *animador*.

Finalmente, o que importa é que os textos que analiso são os mesmos que as redações de jornais e revistas e emissoras de rádio e estações de televisão receberam e dos quais retiraram, seletivamente, trechos que divulgaram em seus noticiários, ampliando e direcionando ou re-direcionando dessa maneira a repercussão e os efeitos sociais do discurso pronunciado.

Ainda a propósito dos dados, chamo a atenção para o fato de que, na contracorrente dos estudos narrativos, que tendem a privilegiar narrativas orais encaixadas

em conversas espontâneas ou elicitadas através de entrevistas, as quais são gravadas e transcritas, meus dados são narrativas encaixadas em discursos políticos. Esses discursos foram preparados de antemão e tive acesso a eles em sua forma escrita; por outro lado, foram proferidos oralmente e incluem o improviso; estão inseridos em eventos sociais peculiares, distintos da conversa espontânea e da entrevista de pesquisa, que são as cerimônias públicas oficiais. Planejadas ou espontâneas, as narrativas encaixadas em discursos políticos são construídas já prevendo sua repercussão na mídia e seus efeitos sociais. Para defender essa minha escolha quanto ao tipo de dado de análise, cito Robin Lakoff que, em seu livro *The language war* (2000), argumenta (minha tradução):

“Numa sociedade alfabetizada como a nossa, o significado é negociado através de uma ampla gama de canais de comunicação: linguagem oral e escrita; canais públicos e privados; formais e informais; espontâneos e planejados; diretos e mediados. Todos eles juntos criam nossas identidades enquanto indivíduos e membros da sociedade. Cada um contribui para a totalidade do que nós somos. Se estamos interessados em como a linguagem nos cria e constrói a todos, devemos levar em consideração todas as formas da linguagem.”(Lakoff, 2000, p. 14)

A citação acima, de Lakoff, faz eco ao que já dizia Goffman em seu texto seminal intitulado “Footing” (grifos meus):

“Mas a conversa não é o único contexto da fala. Obviamente (na sociedade moderna) a fala pode tomar a forma de um monólogo expositivo, como em **discursos políticos**, rotinas de espetáculos de entretenimento, palestras, recitações dramáticas e leituras de poesia. Esses entretenimentos envolvem longos trechos de fala, vindos de um único falante, a quem foi dado um grande grupo de ouvintes, bem como o domínio exclusivo do uso da palavra. **A fala, afinal de contas, pode ocorrer tanto na tribuna como no bar da esquina.**” Goffman ([1979] 2002, p. 125)

1.3

Sobre a platéia

No mesmo texto de 1979 (*Footing*), citado no item 1.2 acima, em que desconstrói a noção de falante em três componentes analíticos (autor, animador e responsável), Goffman também desconstrói a noção monolítica de ouvinte, distinguindo numa conversa os *participantes ratificados* dos *circunstantes* (*overhearers*). Os participantes ratificados são os participantes oficiais de uma interação conversacional, enquanto os circunstantes são aqueles que, sem serem participantes oficiais do encontro, ouvem a conversa, ou de propósito (escutando atrás

da porta, bisbilhotando...), ou por acaso (pelo simples fato estarem por perto e não poderem deixar de ouvir o que está sendo dito) (Goffman, [1979] 2002, p. 118).

Hutchby (1997, pp. 161-179), citando pesquisas anteriores (Heritage, Clayman e ele próprio), fala da entrevista na mídia como uma “conversa para circunstantes ausentes”, ou seja, utiliza a noção de Goffman de uma forma modificada. Com efeito, de um ponto de vista puramente formal, entrevistador e entrevistado são os participantes ratificados dessa conversa que é a entrevista; mas, pelo fato de se dar diante de câmeras e/ou microfones, a entrevista se dirige a uma platéia mediada que Hutchby caracterizou como “circunstantes ausentes”.

Fazendo um paralelo com a colocação acima, eu poderia dizer que, num discurso, a platéia que está fisicamente presente à cerimônia ou evento em que o discurso é proferido é um participante ratificado do encontro. Neste trabalho, chamarei este tipo de platéia de *platéia presente*. Quando um discurso pronunciado em circunstâncias concretas diante de uma platéia presente é de alguma forma gravado, transmitido, comentado e/ou reproduzido no todo ou em parte pelas emissoras de rádio e TV, pelos jornais diários e revistas semanais e nos *sites* de notícias e blogs na Internet, o discurso atinge um outro público, além da platéia presente. É possível estabelecer uma comparação entre este outro público e os “circunstantes ausentes” de que nos fala Hutchby a propósito da entrevista na mídia.

O próprio Goffman, no mesmo texto de 1979, já havia abordado a questão “do que se passa na fala de rádio e de TV” ([1979] 2002, p. 126) e chamado a platéia de rádio e TV de “interlocutores *imaginados*”. Essa caracterização da platéia de rádio e TV, e por extensão dos leitores de jornais e revistas, impressos ou eletrônicos, como “interlocutores *imaginados*” supõe que o falante/ orador *imagina* possíveis reações dos ouvintes ao que vai dizer, transformando-os desse modo em interlocutores e, assim, pode moldar seu discurso buscando controlar a impressão que causará sobre esses ouvintes/ interlocutores. Segundo Goffman ([1959] 2007, p.23), o desejo do indivíduo de dirigir a impressão que os outros formam a seu respeito e a respeito de situações, fatos, idéias e argumentos tal como definidos por ele está presente nas interações conversacionais de modo geral e, eu diria, em especial e com mais intensidade, no contexto de discursos políticos.

A noção de Goffman de “interlocutores *imaginados*” se coaduna com a noção bakhtiniana de que o enunciado necessariamente pressupõe o ouvinte, ou seja, que

qualquer enunciado não simplesmente diz algo, mas diz algo para alguém e que, mais do que isso, “o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração” (Bakhtin, 2000, p. 320).

Nesse sentido, no proferimento de discursos como aqueles que são o objeto do presente trabalho, os *interlocutores imaginados* não se restringem aos *circunstantes ausentes* de Hutchby – ou seja, à *platéia mediada* (isto é, o público que ouve o discurso ou trechos dele no rádio ou na TV ou que lê sobre o discurso na mídia impressa ou eletrônica). Em certa medida, os *participantes ratificados* (que formam a *platéia presente*) também se constituem em interlocutores imaginados, uma vez que suas eventuais reações, tal como *imaginadas* de antemão pelo orador, também moldam a elaboração do discurso.

1.4

A organização do trabalho

Conforme já indicado anteriormente, neste trabalho, minha proposta é olhar para a popularidade do presidente Lula – popularidade que se mostrou relativamente imune aos escândalos de seu primeiro mandato – do ponto de vista da Análise do Discurso de viés sócio-interacional.

Para fazê-lo, busquei integrar, na análise de narrativas pessoais encaixadas em *discursos* do presidente Lula, conceitos como dialogia e polifonia de Bakhtin ([?] 2000), a noção de enquadre de Bateson ([1972] 2002) e Goffman ([1979] 2002) e uma visão anti-essencialista de identidade, que vê as identidades como construídas e co-construídas no e pelo *discurso* (Hall, [1992] 2005).

No parágrafo acima, usei o termo *discurso* em duas acepções distintas. Na primeira ocorrência do termo, usei *discurso* para me referir aos discursos pronunciados pelo presidente Lula em uma série de ocasiões específicas, correspondendo às definições do Aurélio – “peça oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser” – e do Houaiss – “mensagem oral, geralmente solene e prolongada, que um orador profere perante uma assistência”. Na segunda ocorrência, usei o termo *discurso* numa acepção mais técnica dentro da área de estudos da linguagem, como “qualquer manifestação concreta da língua” (Aurélio) e como “a língua em ação, tal como é realizada pelo falante” e “enunciado oral ou

escrito que supõe, numa situação de comunicação, um locutor e um interlocutor” (ambas as definições do Houaiss). Nesse sentido técnico, discurso seria basicamente equivalente a enunciado ou sucessão de enunciados e a *fala/parole*. Ao longo do trabalho, usarei *discurso* numa e noutra acepção, inúmeras vezes. Confio que o contexto será sempre suficiente para esclarecer em que acepção a palavra está sendo empregada.

No **capítulo 1** (Introdução), que apresenta o plano geral do trabalho a ser desenvolvido, busquei não só indicar e contextualizar minha pergunta de pesquisa como fazer algumas considerações iniciais sobre discursos políticos enquanto dados de análise.

No **capítulo 2** busco explicitar os pressupostos teóricos e metodológicos sobre os quais se sustentará a análise dos dados. Examino primeiro as noções bakhtinianas de gênero do discurso, dialogia e polifonia e como essas noções se aplicam aos discursos políticos que constituem meus dados de análise. Focalizo em seguida o conceito de enquadre/*frame*, introduzido por Bateson em 1972 na Psicologia e na Psiquiatria; retomado e desenvolvido por Goffman dentro de uma perspectiva sociológica em 1974 (*Frame Analysis*) e em 1979 (*Footing*), com a adição da noção de alinhamento/*footing*; e revisitado por Tannen e Wallat em 1987, no âmbito da Análise do Discurso de viés sócio-interacional. A seguir volto minha atenção à noção pós-moderna, anti-essencialista e anti-representacionista de identidade tal como apresentada por Hall em 1992.

Finalmente, examino algumas contribuições de autores ligados a diferentes áreas das ciências humanas ao que hoje constitui o corpo teórico de uma sub-divisão da Análise do Discurso que é Análise da Narrativa. Começo com Polkinghorne, da Psicologia Social, que, em 1988, apresentou o processo narrativo como um processo cognitivo; passo a Labov, cujos trabalhos de 1967 e 1972 (o primeiro em parceria com Waletzky), marcam o início do interesse pela narrativa na Sociolinguística; e concluo com autores que ao mesmo tempo criticaram e expandiram as noções labovianas, problematizando a relação entre o evento passado e sua recuperação na elaboração narrativa: Linde e o conceito de história de vida (1993), Mishler e a perspectiva do presente (2002), Riessman e a ênfase no caráter interpretativo e localizado da narrativa (1993).

No **capítulo 3** procuro oferecer ao leitor elementos para a contextualização das narrativas que serão analisadas nos dois capítulos seguintes. Início também a análise propriamente dita das narrativas, introduzindo a noção de enquadres superpostos e, com isso, trabalhando a questão da articulação entre discurso político, conversa e improviso.

Os **capítulos 4 e 5** são dedicados à análise de 18 narrativas encaixadas em seis discursos. No **capítulo 4** analiso 11 narrativas encaixadas em três discursos em que o presidente Lula se dirige a uma platéia presente de beneficiários de programas sociais do governo e projeta auto-representações identitárias ligadas a seu passado de migrante nordestino e operário em São Paulo. No **capítulo 5** analiso sete narrativas encaixadas em três outros discursos nos quais o presidente se dirige a platéias presentes variadas que têm em comum o fato de não serem formadas por beneficiários de programas sociais do governo; nessas narrativas Lula constrói representações identitárias ligadas a seu passado de líder sindical e/ou a seu presente como presidente da república.

No **capítulo 6** apresento minhas considerações finais, tentando responder à pergunta de pesquisa que norteou esse trabalho, qual seja, como os sentidos e as identidades que o presidente Lula constrói em seus discursos, nas e pelas narrativas analisadas, funcionam na relação dialógica que estabelecem com seus vários públicos de forma a contribuir para que ele mantenha elevados níveis de popularidade.